

O sistema partidário brasileiro e os partidos “catch all”: o caso do PSB

Avance de investigación en curso

Estudios políticos y sociojurídicos

Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

Resumo

O sistema partidário brasileiro é apresentado pelas ciências sociais como pouco institucionalizado, frente aos sistemas partidários do Cone Sul. Segundo esta interpretação, os partidos brasileiros teriam baixa consistência programática e fracos vínculos sociais, resultado de instituições do sistema político brasileiro que incentivam carreiras políticas individualizadas, desestimulando uma cultura partidária. Partindo destas discussões teóricas, buscaremos analisar as estratégias eleitorais do Partido Socialista Brasileiro (PSB) nas eleições de 2006 a 2012. O PSB, a despeito da sua origem na esquerda, é um partido “catch all” que busca maximizar seus espaços de poder transitando da centro-esquerda à centro-direita. Apresentando as alianças do PSB nas citadas eleições, pretendemos fazer uma reflexão sobre o sistema partidário brasileiro, sob o comando de um governo do PT.

Palavras-chave: Sistema Partidário; Coligações Eleitorais; Esquerda.

Histórico

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) foi fundado em 1947, durante o período da chamada "democracia populista". Foi herdeiro da "Esquerda Democrática" (ED), criado em 1945 por um grupo de intelectuais de centro-esquerda, inspirado pela experiência do socialismo democrático europeu, que fez oposição à ditadura de Getúlio Vargas. Por isso, a ED inicialmente abrigou-se na UDN (União Democrática Nacional), partido da oposição liberal ao varguismo. Entretanto, a predominância de políticos conservadores e pró-liberalismo econômico neste partido levou a ED a decidir por cindir-se da UDN, fundando o PSB.

Mesmo assim, nos primeiros anos, o PSB seguiu próximo à UDN, apoiando candidatos udenistas nas eleições presidenciais. A partir da segunda metade da década de 1950, o PSB reforçou seu perfil nacionalista, acercando-se mais da esquerda, particularmente, dos comunistas. Ilegal, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) priorizava o PSB para apresentar candidatos ao parlamento. Políticos identificados com o PSB foram fortes apoiadores dos movimentos sociais do período anterior ao golpe de 1964, principalmente, das Ligas Camponesas do nordeste. Após a chegada dos militares ao poder, parte significativa dos políticos socialistas foi cassada. O PSB teve seu registro cancelado em 1965, com a instalação do bipartidarismo, e seus militantes que não foram cassados ou se exilaram buscaram filiação no oposicionista MDB.

A refundação do PSB se deu só após a saída dos militares do poder, em 1985, por iniciativa principalmente de ex-filiados e intelectuais de esquerda. Na primeira eleição nacional que disputou, em 1986, o PSB elegeu apenas um deputado federal, mas, progressivamente, deputados e senadores eleitos pelo PMDB – partido que sucedeu o MDB após 1979 – foram se filiando ao PSB, que compôs, assim, uma pequena bancada na Assembléia Constituinte (1987-1988). Nas eleições presidenciais de 1989 – as primeiras realizadas desde 1960 -, o PSB formou uma frente de esquerda junto com o PT e o PCdoB, a “Frente Brasil Popular”, apresentando a candidatura de Lula (PT) para presidente e do senador José Paulo Bisol (PSB) para vice-presidente. Em 1990, a filiação do governador de

Pernambuco Miguel Arraes deu um novo fôlego ao PSB. Arraes, que assumiu a presidência nacional do PSB, era um velho militante de esquerda, preso pelos militares logo após o golpe de 1964, quando também ocupava o governo do seu estado, e tinha uma liderança significativa na esquerda e na política do seu estado, um dos mais importantes da Região Nordeste. Arraes ocupou a presidência do PSB até sua morte, em 2005, período em que o partido experimentou um importante crescimento da sua representação política, tornando-se um partido mediano, para os padrões brasileiros.

Nas eleições presidenciais de 1994 e 1998, o PSB seguiu apoiando a candidatura de Lula à Presidência da República. Em 2002, entretanto, apresentou uma candidatura própria a presidente, do ex-governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, um político de feição populista, só vindo a apoiar Lula – que é finalmente eleito Presidente da República naquele ano - no 2º turno. Em 2006, quando Lula foi reeleito presidente, o PSB apoiou-o informalmente, sem, entretanto, participar da sua coligação, em virtude da regra aprovada para as eleições daquele ano, que vinculava as coligações partidárias nos estados às coligações nacionais – a chamada “verticalização”. Já em 2010, quando a “verticalização” havia sido revogada, o PSB participou da coligação que elegeu Dilma Rousseff (PT) Presidenta da República.

Constata-se, assim, que o PSB, a partir da década de 2000, adotou uma estratégia de *descolamento* com relação ao PT. Tal descolamento visava, de imediato, o crescimento da sua representação política – no Legislativo e nos Executivos estaduais e municipais. Com tal crescimento, o PSB tencionava, em médio prazo, apresentar-se como uma alternativa real de centro-esquerda à Presidência da República. Recorde-se que, a partir de 1994, instaurou-se nas disputas presidenciais brasileiras uma tendência à bipolaridade entre um bloco de centro-direita, liderado pelo PSDB (que elegeu Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998), e a centro-esquerda, liderada pelo PT (que elegeu Lula em 2002 e 2006 e Dilma Rousseff em 2010). Na visão do PSB, esta bipolarização pode apresentar sinal de cansaço nas próximas eleições, abrindo espaço para uma candidatura presidencial alternativa. Seria sua chance de chegar à Presidência da República.

Assim, o PSB flexibilizou sua política de alianças a partir de 2002, com o PT diminuindo na condição de seu aliado prioritário em disputas estaduais e municipais. Mesmo sem abandonar o governo federal e, conseqüentemente, o bloco de centro-esquerda, o PSB foi progressivamente aumentando o número de alianças estaduais e municipais com o PSDB e, principalmente, com outros partidos situacionistas *sem a presença do PT*. Os resultados obtidos, entretanto, são todos favoráveis ao PSB, que elegeu quatro governadores em 2002, três em 2006 e seis em 2010 – à frente do PT e PMDB, que então elegeram cinco. Já nas eleições para prefeitos das capitais, o PSB elegeu três prefeitos em 2004 e 2008 e cinco em 2012 – sendo o partido que mais elegeu prefeitos de capitais naquele ano. A representação parlamentar do PSB também ganhou impulso a partir da adoção da estratégia do *descolamento*, como demonstra a tabela abaixo.

TABELA 1 - DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS - PSB

ANO	ELEITOS	%
1986	01	0,2
1990	11	2,2
1994	15	2,9
1998	19	3,7
2002	22	4,3
2006	27	5,3
2010	34	6,6

Assim, durante a década de 2000, o PSB ampliou sua bancada de deputados federais em 80%. Nossa hipótese, portanto, é que, desde aquela década, o PSB vem progressivamente assumindo uma

feição de partido *catch all* – justamente no momento em que o bloco de esquerda chega ao poder federal. Deixando de lado a variável eleitoral, identificamos no PSB um partido com baixa inserção nos movimentos sociais organizados – como o sindical e o estudantil - *vis a vis* outros partidos de esquerda, como o PT e o PCdoB. Tal dado, não esperado em um partido de esquerda, reforça o perfil *catch all* do PSB.

Eleições e partidos políticos no Brasil

O sistema partidário brasileiro é marcado pela baixa institucionalização e pela fragilidade dos partidos políticos, que carecem de bases sociais e, no mais das vezes, funcionam apenas para conseguir prebendas e ocupação de espaços institucionais para seus dirigentes. Autores como Mainwaring (2001) são rigorosos na caracterização do sistema partidário brasileiro, tido como fracamente institucionalizado *vis a vis* outras democracias da América Latina, como o Uruguai e o Chile. Como características desta baixa institucionalização, Mainwaring destaca a baixa identificação dos eleitores com os partidos políticos - que não têm definição ideológica -, a possibilidade de troca de partidos por políticos no exercício de mandatos – que só foi proibida pela justiça eleitoral em 2007 –, e a alta volatilidade eleitoral.

Mainwaring coloca uma boa parcela de responsabilidade deste cenário partidário sobre o sistema eleitoral, particularmente, pela combinação de magnitudes eleitorais altas, quocientes eleitorais baixos e possibilidade de coligações partidárias para eleições parlamentares, realizadas pelo sistema proporcional. Mais ainda, a lista aberta nas eleições proporcionais é considerada um elemento que produz tal baixa institucionalização, favorecendo padrões individuais de campanhas, que desestimulam discursos eleitorais centrados em plataformas partidárias, além de resultar no uso de um grande volume de dinheiro exclusivamente privado, fonte de corrupção no financiamento da campanha. O resultado seria o prevaecimento de partidos fracos e pouco disciplinados, de formato *catch all*, sobretudo, sem orientação ideológica mais definida.

Outro forte crítico do sistema político brasileiro é Barry Ames, que aponta o excessivo número de *veto players* como uma situação inerente à estrutura institucional brasileira que impossibilita a introdução de políticas inovadoras que consolidem a democracia, perpetuando as tradicionais práticas políticas clientelistas e fisiológicas. “O drama do sistema brasileiro não está no fato de beneficiar as elites; o problema é que o sistema beneficia antes de tudo ele mesmo – isto é, os políticos e os funcionários públicos que o administram.” (AMES: 2003, 18) O sistema eleitoral e a condição federalista seriam os principais responsáveis por este atraso institucional no Brasil, avalia Ames. Com um sistema partidário frágil, fragmentado e pouco disciplinado, e com a disseminação da prática do empreguismo, o Presidente da República brasileiro, de acordo com Ames, fica refém dos interesses individuais dos parlamentares, mantendo-se permanentemente sob o dilema de construir uma base parlamentar partindo de parâmetros fisiológicos, num círculo vicioso que compromete a institucionalização da democracia no Brasil.

Também analistas latinoamericanos, como Saéz e Freidenberg (2002), colocam o Brasil entre aqueles países latino-americanos que, no momento da transição democrática dos anos 1980, careciam de “tradições partidárias sólidas”, ao contrário do Chile, do Uruguai e da Argentina, por exemplo. A tese do subdesenvolvimento partidário brasileiro, entretanto, também tem bases nacionais. Tomamos um exemplo conhecido, Lamounier e Meneguello (1986), que demonstram como os diferentes sistemas partidários vivenciados no país desde o Império foram resultado de construções das elites e da intervenção do Estado no processo político, e não de interesses e ideologias visíveis na sociedade. Daí resulta que, “no Brasil, a instituição partidária é de certa forma tardia, e não se vincula estritamente a agrupamentos sociais ou culturais bem definidos, como em geral ocorreu na história européia” (LAMOUNIER & MENEGUELLO: 1986, 118). A falta de base social, e a forma de criação elitista e

estatizante, portanto, comprometeriam o enraizamento e a institucionalização do sistema de partidos no Brasil.

O Brasil é uma República Federativa composta pela União, estados, distrito federal e municípios, que elegem seus respectivos poderes Executivo e Legislativo. Nas eleições executivas, o Brasil adota o sistema majoritário, sendo que apenas nos municípios que têm menos de 200 mil eleitores se emprega o sistema de maioria simples. Os senadores também são eleitos por maioria simples, enquanto que os deputados federais, os deputados estaduais e os vereadores são eleitos pelo sistema proporcional, com lista aberta. Ou seja, os eleitores votam em candidatos apresentados nesta lista, sendo eleitos aqueles que nominalmente receberem mais votos, de acordo com a proporção de eleitos por cada partido ou coligação de partidos.

A possibilidade de coligação partidária é um elemento central do sistema eleitoral brasileiro, tendo impacto decisivo sobre o sistema partidário¹, considerando que a maioria das coligações, particularmente nas eleições proporcionais, são firmadas não por razões ideológicas, mas por motivos estratégicos – que sejam, maximizar a possibilidade de os partidos elegerem representantes². Nas eleições proporcionais, as coligações resultam na fragmentação dos parlamentos, pois partidos pequenos e sem nenhum conteúdo ideológico – as chamadas “legendas de aluguel” – findam sobre-representados em virtude das coligações que firmam.

Nas eleições majoritárias, a estratégia da coligação envolve outras particularidades, com os partidos se coligando, principalmente, para agregar tempo à sua propaganda eleitoral de rádio e TV. Muitas vezes, para atrair parceiros para sua coligação majoritária, partidos grandes firmam acordos para as eleições proporcionais que beneficiam as legendas pequenas que apóiam seus candidatos majoritários, favorecendo a fragmentação parlamentar. Por isso, as alianças majoritárias tampouco seguem um conteúdo ideológico rigoroso.

Assim, se PT e PSDB representam, para as eleições presidenciais, projetos distintos, particularmente, quanto ao grau de liberalidade do mercado e de intervenção do Estado na economia, as alianças que sustentam seus candidatos à presidência não necessariamente têm conteúdo ideológico, sendo também firmadas por razões estratégicas associadas aos imperativos institucionais. Isto se maximiza após 2003, quando a chegada do PT ao governo federal atraiu ao bloco de centro-esquerda partidos de perfil conservador, que haviam apoiado o governo de Fernando Henrique. Aceitando as linhas gerais do programa de centro-esquerda do PT, tais partidos seguem interessados em ficar próximos e desfrutar dos benefícios do poder. Constituindo-se como *veto players*, nos termos de Ames (2003), tampouco o governo do PT pode prescindir deles. Dentre estes partidos, destaca-se o partido do atual Vice-Presidente da República, o PMDB, que detém a maior bancada no Congresso Nacional.

Sendo as eleições para os executivos estaduais formalmente desvinculadas da eleição nacional, e as eleições dos parlamentares federais tendo como distritos os estados, os partidos compõem suas alianças estaduais de modo a estrategicamente ampliar suas bancadas parlamentares e seu número de governadores, consequentemente maximizando sua condição de *veto player* frente ao Executivo Federal. Assim, no mais das vezes desconsideram não apenas razões ideológicas como também as fidelidades nacionais para firmar as alianças estaduais. Da mesma forma, como as eleições municipais ocorrem em anos diferentes das eleições nacionais e estaduais, o contexto político nacional *pouco ou nada* interfere na formação das alianças municipais³. Neste caso, a incoerência ideológica das coligações eleitorais é ainda maior, principalmente, nos pequenos municípios, onde os prefeitos são eleitos com maioria simples.

¹ Impactando particularmente sobre sua baixa institucionalização, como vimos.

² Há uma vasta literatura sobre as coligações eleitorais no Brasil. Além dos autores já citados, destacamos o trabalho de Krause e Schmitt (2005).

³ Por outro lado, os resultados das eleições municipais interferem no contexto nacional, já que são os prefeitos os principais cabos eleitorais dos candidatos a deputado federal.

Um fenômeno novo é considerado um elemento decisivo da política brasileira contemporânea, o chamado “lulismo”. Segundo André Singer (2009), o “lulismo” deve ser entendido como um movimento, a um só tempo, conservador e renovador que, se não rompe com os antigos padrões fisiológicos, clientelistas e patrimonialistas do sistema político brasileiro, promove uma gradual melhora dos padrões de vida dos mais pobres, por ele chamado de “o *subproletariado* brasileiro”. Esta melhora provoca um realinhamento eleitoral no Brasil a partir de 2006, com o PT perdendo votos na sua tradicional base de classe média, e ganhando terreno entre os eleitores muito pobres que haviam votado em Collor em 1989 e em Fernando Henrique em 1994 e 1998. Decepcionados com estes políticos, e favorecidos pelas políticas de *conteúdo popular* do governo Lula, tais eleitores passaram a se constituir na base eleitoral do “lulismo”, sendo o principal sustentáculo da reeleição de Lula e da eleição de Dilma. Este eleitorado “lulista”, para Singer, está localizado principalmente nos estados do Norte e do Nordeste, os menos desenvolvidos do Brasil. São justamente nestes mesmos estados onde o PSB teve seu maior crescimento a partir de 2006. Inversamente, é nos estados mais desenvolvidos e com maior eleitorado – como São Paulo, Minas Gerais e Paraná–, onde o PT perdeu a maioria da sua base social a partir de 2006, que o PSB vem se aproximando do PSDB.

PSB: um panorama das coligações majoritárias desde 2006

Nesta parte do trabalho, analisaremos as alianças firmadas pelo PSB nas eleições majoritárias das eleições estaduais de 2006 e 2010 e nas eleições das capitais de estados brasileiros em 2008 e 2012 – ou seja, justamente no período posterior ao “realinhamento lulista” identificado por Singer. Nosso objetivo é verificar a medida do descolamento do PSB com relação ao PT e o impacto do “lulismo” sobre as alianças firmadas e sobre os resultados obtidos pelo PSB nas citadas eleições.

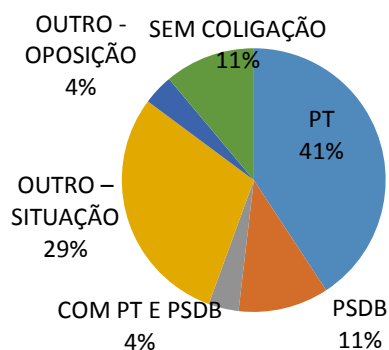
TABELA 2 - ELEIÇÕES 2006 –ALIANÇAS PSB

	FREQUÊNCIA	N	NE	S	SE	CO
PT	07	02 (AC; PA)	03 (SE; PI; BA)	-	-	02 (DF; MS)
PSDB	03	01 (TO)	01 (AL)	-	01 (MG)	-
COM PT E PSDB	01	-	-	-	01 (ES)	-
OUTRO – SITUAÇÃO	05	02 (AM; RR)	01 (PB)	01 (PR)	01 (RJ)	-
OUTRO - OPOSIÇÃO	01	-	-	-	-	01 (MT)
TOTAL	17	05	05	01	02	03

Na Tabela 2, apresentamos os partidos dos candidatos a governador que o PSB apoiou nas eleições de 2006. Já na Tabela 3 aparecem os candidatos que o PSB lançou para governos de estados, e com que partidos firmou aliança nesta situação. Finalmente, o Gráfico 1 agrupa o resultado destas duas tabelas.

TABELA 3 - ELEIÇÕES 2006 –CANDIDATURAS PRÓPRIAS PSB

	FREQUÊNCIA	N	NE	S	SE	CO
COM PT	04	-	03 (RN; CE; MA)	-	-	01(GO)
COM PSDB	-	-	-	-	-	-
COM PT E PSDB	-	-	-	-	-	-
OUTROS – SITUAÇÃO	03	01 (RO)	01 (PE)	01 (SC)	-	-
OUTROS - OPOSIÇÃO	-	-	-	-	-	-
SEM COLIGAÇÃO	03	01 (AP)	-	01 (RS)	01 (SP)	-
TOTAL	10	02	04	02	01	01

Gráfico 1 - Alianças PSB - 2006 - Governos de Estado

Como se observa, o PT segue sendo o principal aliado do PSB. Merece destaque a aliança com este partido em sete dos nove estados nordestinos. Em apenas um estado nordestino o PSB se alia com o PSDB, e em dois estados se alia com partidos da situação. Em um destes, apóia candidato do PMDB cujo vice era filiado ao PT; no outro, alia-se ao PT no 2º turno, o que garante justamente a eleição de Eduardo Campos, em Pernambuco. Em compensação, o PSB apóia a candidatura de Aécio Neves ao governo de Minas Gerais – que, atualmente ocupando cadeira no senado, é o pré-candidato presidencial do PSDB para as eleições de 2014. No Paraná, o PSB apóia o candidato a governador do PDT, mas em aliança com o PSDB e demais partidos da oposição de centro-direita, e contra o candidato do PT. Por fim, em São Paulo, o PSB lança um candidato a governador que obtém inexpressivos 40 mil votos, enquanto os dois candidatos a deputado federal mais bem votados do PSB, Márcio França e Luiza Erundina, são eleitos com respectivamente 215 mil e 195 mil votos. Considerando que Márcio França posteriormente licenciou-se do seu mandato parlamentar para ocupar secretaria no governo do estado do PSDB, é forte a possibilidade de uma “aliança branca” do PSB com o PSDB naquele estado – mesmo com a oposição de Erundina, liderança mais à esquerda e com base eleitoral localizada na capital do estado.

TABELA 4 - ELEIÇÕES 2008–ALIANÇAS PSB

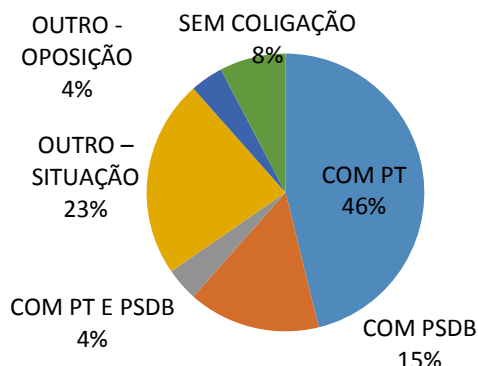
	FREQUÊNCIA	N	NE	S	SE	CO
PT	10	03 (AC; PA; TO)	05(BA; PE; RN; CE; PI)	-	02 (SP; ES)	-
PSDB	03	02 (MA; AL)	-	01 (PR)	-	-
OUTRO – SITUAÇÃO	06	-	01 (SE)	02 (RS; SC)	01 (RJ)	02 (GO; MS)
OUTRO - OPOSIÇÃO	-	-	-	-	-	-
TOTAL	19	04	06	03	03	02

Na Tabela 4, apresentamos os partidos dos candidatos a prefeituras das capitais que o PSB apoiou nas eleições de 2008. Já na Tabela 5 aparecem os candidatos que o PSB lançou para prefeito das capitais, e com que partidos firmou aliança nesta situação. Finalmente, o Gráfico 2 agrupa o resultado destas duas tabelas.

TABELA 5 ELEIÇÕES 2008–CANDIDATURAS PRÓPRIAS PSB

	FREQUÊNCIA	N	NE	S	SE	CO
COM PT	02	01 (RR)	01 (PB)	-	-	-
COM PSDB	01	01 (AM)	-	-	-	-
COM PT E PSDB	01	-	-	-	01 (MG)	-
OUTROS – SITUAÇÃO	-	-	-	-	-	-
OUTROS - OPOSIÇÃO	01	01 (AP)	-	-	-	-
SEM COLIGAÇÃO	02	01 (RO)	-	-	-	01 (MT)
TOTAL	07	04	01	-	01	01

GRÁFICO 2 - ALIANÇAS PSB 2008 - PREFEITOS DAS CAPITAIS



Nas eleições de 2008, aumenta o número de alianças do PSB com o PT, principalmente, no Nordeste, onde apenas em Alagoas o PSB mantém sua tradicional aliança com o PSDB. No Sudeste, entretanto, merece destaque a aliança do PSB com o PT em São Paulo. Se o diretório estadual do PSB paulista é controlado pelo deputado Marcio França, seu diretório paulistano tem maior influência de Erundina, que tem um perfil mais à esquerda e, assim, é mais próxima do PT, partido ao qual foi filiada. Já no Espírito Santo, repete-se a aliança com o PT. Em 2006, ambos partidos haviam apoiado o candidato do PMDB, sem aliança formal, e o PSB elegeu um senador, com sua primeira suplente filiada ao PT.

Por outro lado, a aliança do PSB com o PSDB repete-se no Paraná, estado com pouca influência do “lulismo”. Em Curitiba, a capital paranaense, o PSB indica o vice do PSDB, contra a candidatura do PT, que é derrotada. Merece destaque a curiosa situação de Belo Horizonte, a capital do estado de Minas Gerais, onde o PSB indica como candidato a prefeito o empresário Márcio Lacerda, então secretário do governador Aécio Neves. Entretanto, Márcio Lacerda também recebe apoio do PT, partido do então prefeito Fernando Pimentel, situação que provoca uma crise no PT mineiro, com uma ala minoritária apoiando candidatura adversária.

TABELA 6 - ELEIÇÕES 2010-ALIANÇAS PSB

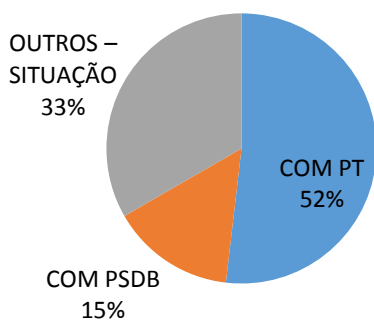
	FREQUÊNCIA	N	NE	S	SE	CO
PT	08	03 (AC, RO, PA)	02 (BA; SE)	02 (RS; SC)	-	01 (DF)
PSDB	03	-	01 (AL)	02 (MG; PR)	-	-
OUTRO - SITUAÇÃO	07	03 (AM; RO; TO)	01 (MA)	-	01 (RJ)	02 (GO; MS)
OUTRO - OPOSIÇÃO	-	-	-	-	-	-
TOTAL	18	06	04	04	01	03

Na Tabela 6, apresentamos os partidos dos candidatos a governador que o PSB apoiou nas eleições de 2010. Já na Tabela 7, aparecem os candidatos que o PSB lançou para governos de estados, e com que partidos firmou aliança nesta situação. Finalmente, o Gráfico 3 agrupa o resultado destas duas tabelas.

TABELA 7 - ELEIÇÕES 2010–CANDIDATURAS PRÓPRIAS PSB

	FREQUÊNCIA	N	NE	S	SE	CO
COM PT	06	01 (AP)	04 (PE; RN; CE; PI)	-	01 (ES)	-
COM PSDB	01	-	01 (PB)	-	-	-
COM PT E PSDB	-	-	-	-	-	-
OUTROS – SITUAÇÃO	02	-	-	01 (SP)	-	01 (MT)
OUTROS - OPOSIÇÃO	-	-	-	-	-	-
SEM COLIGAÇÃO	-	-	-	-	-	-
TOTAL	09					

**GRÁFICO 3 - ALIANÇAS PSB 2010 -
GOVERNOS DE ESTADO**



Como nas eleições anteriores, aumenta o número de alianças do PSB com o PT. Entretanto, também aumenta o número de candidaturas próprias do PSB em aliança com o PT, principalmente, no Nordeste, o que parece ter surtido efeito positivo, já que dos seis governadores que o PSB elegeu em 2010 – tornando-se o partido com maior número de governadores eleitos -, quatro são de estados nordestinos, dos quais três estavam aliados ao PT. Por outro lado, aumentam as alianças com o PSDB, já que, além dos tradicionais apoios a candidatos deste partido nos estados de Alagoas, Minas Gerais e Paraná, o PSB recebe apoio do PSDB e também do DEM – o partido mais conservador da oposição de centro-direita ao governo federal – no estado da Paraíba, o único estado nordestino onde o PSB não esteve aliado ao PT. Mesmo assim, na Paraíba, o governador eleito do PSB procurou vincular sua campanha à imagem de Lula e de Dilma. Por fim, também se nota o aumento das alianças do PSB com partidos da situação, sem a presença do PT.

TABELA 8 - ELEIÇÕES 2012–ALIANÇAS PSB

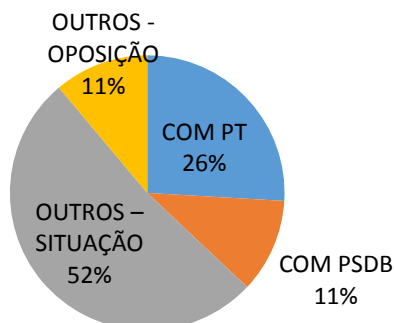
	FREQUÊNCIA	N	NE	S	SE	CO
PT	05	01 (AC)	01 (BA)	-	02 (SP; ES)	01 (GO)
PSDB	-	-	-	-	-	-
OUTRO – SITUAÇÃO	08	02 (RR; TO)	02 (RN; MA)	02 (RS; SC)	01 (RJ)	01 (MS)
OUTRO - OPOSIÇÃO	01	-	01 (AL)	-	-	-
TOTAL	14	03	04	02	03	02

Finalmente, na Tabela 8, apresentamos os partidos dos candidatos a prefeituras das capitais que o PSB apoiou nas eleições de 2012. Já na Tabela 9 aparecem os candidatos que o PSB lançou para prefeito das capitais, e com que partidos firmou aliança nesta situação. Finalmente, o Gráfico 4 agrupa o resultado destas duas tabelas.

TABELA 9 - ELEIÇÕES 2012–CANDIDATURAS PRÓPRIAS PSB

	FREQUÊNCIA	N	NE	S	SE	CO
COM PT	02	01 (AP)	01 (SE)	-	-	-
COM PSDB	03	01 (PA)	-	-	02 (PR; MG)	-
COM PT E PSDB	-	-	-	-	-	-
OUTROS – SITUAÇÃO	06	01 (RO)	04 (SE; PE; CE; PI)	-	-	01 (MT)
OUTROS - OPOSIÇÃO	02	01 (AM)	01 (PB)	-	-	-
SEM COLIGAÇÃO	-	-	-	-	-	-
TOTAL	13	04	06	1	02	01

GRÁFICO 4 - ALIANÇAS PSB 2012 - PREFEITOS DAS CAPITALIS



As alianças formadas pelo PSB nas eleições de 2012 apresentam um padrão diferenciado com relação às três disputas anteriores. As alianças com o PT caem significativamente na medida em que os demais partidos da situação aparecem como os principais aliados do PSB, em arranjos que excluíram o PT. Depois, candidatos do PSB recebem apoio do PSDB em três capitais, enquanto são apoiados pelo PT em apenas duas. No Paraná e em Minas Gerais, segue a aliança com o PSDB, sendo que no primeiro estado a situação se inverte, e é o PSDB quem indica o vice de um candidato a prefeito do PSB. Considerando estes dois estados, pode-se dizer que o PSB atua como uma sublegenda do PSDB. Na maioria dos estados do Nordeste, o PSB lança candidatos a prefeitos de capitais sem o apoio do PT e, no estado da Paraíba, governado pelo PSB, o DEM indica como candidato a vice-prefeito da chapa do PSB um deputado federal que é um dos maiores opositores de Dilma no Congresso Nacional.

Vários fatores podem justificar este padrão diferenciado de coligações do PSB em 2012. Primeiro e mais óbvio, o fato de as eleições municipais terem uma dinâmica própria e eminentemente local. Em se tratando de uma eleição municipal, o PSB pode ter se sentido mais à vontade para realizar uma política de alianças heterodoxa, por exemplo. Mas considerado que este fator não foi o mais importante para a política de alianças do PSB nas eleições de 2008 nas capitais de estados, tendemos a considerar como mais relevante o resultado das eleições estaduais de 2010. Experimentando um aumento expressivo no número de governadores eleitos e a continuidade do crescimento da sua bancada federal, o PSB sentiu-se estimulado a seguir no caminho do seu descolamento com relação ao PT, buscando atingir mais legitimidade e força política para apresentar sua candidatura presidencial em 2014. Agregue-se a isto o fato de a candidata que o PT tende a indicar a presidenta em 2014 deve ser de novo Dilma, que não detém a mesma popularidade nem o mesmo carisma de Lula.

Pavimentando este caminho, o PSB consolidou e ampliou suas pré-existentes alianças com a oposição de centro-direita. Em Pernambuco, aproveitando-se de uma crise interna do PT, que então detinha a prefeitura da capital, o PSB apresentou candidato próprio, que foi eleito com apoio do senador Jarbas Vasconcelos que, a despeito de ser filiado ao PMDB, é um fiel aliado do PSDB e, inclusive, foi derrotado por Eduardo Campos nas eleições para o governo estadual de 2010. Mais importante, o PSB construiu alianças com partidos aliados ao governo federal sem a presença do PT. Está sendo construído o trajeto para o PSB apresentar uma candidatura presidencial em 2014.

Conclusão

É sob o contexto institucional apresentado, e sob o ponto de vista do comportamento estratégico dos partidos políticos nas eleições, que entendemos o movimento de *descolamento* realizado pelo PSB

com relação ao PT. Se tal descolamento favoreceu o crescimento da representação do PSB no parlamento federal, nos executivos estaduais e nas prefeituras de capitais, é por consequência deste descolamento que o PSB movimenta-se com mais desenvoltura no plano federal e, tornando-se um *veto player* mais influente, almeja agora o lançamento do seu presidente nacional, Eduardo Campos, como candidato a Presidente da República em 2014.

Por outro lado, se o descolamento do PT tornou o PSB um partido cada vez mais próximo de um padrão de tipo *catch all*, a eventual apresentação desta candidatura presidencial tende a aprofundar ainda mais tal situação, pois, sobretudo do ponto de vista programático, o PSB vive o difícil dilema de apresentar uma plataforma política para a Presidência da República que difira do PT no que diz respeito às políticas sociais e ao papel do Estado nas políticas de desenvolvimento. Nesta matéria, só lhe restariam duas alternativas: radicalizar o discurso à esquerda, aproximando-se da oposição de ultra-esquerda ao governo federal, o que parece improvável, considerado o histórico do PSB em política de alianças ou; assumir um discurso mais liberal e pró-mercado que o do PT, aprofundando sua aproximação com os partidos de centro-direita e, conseqüentemente, com os empresários.

Isto se torna ainda mais emblemático quando consideramos que o PSB é um aliado histórico do PT, faz parte do governo federal desde 2003 e que o seu pré-candidato presidencial foi ministro de Lula e, posteriormente, eleito governador de Pernambuco vinculando sua imagem ao chamado “lulismo”. Mais ainda, este dilema aparece no fato de o crescimento desfrutado pelo PSB nas eleições desde 2006 ter sido resultado não apenas da estratégia do descolamento com relação ao PT, mas também uma consequência direta da vinculação que o PSB procurou fazer com o “lulismo”, particularmente, no Nordeste, região mais sensível ao “lulismo”, justo o local onde o PSB apresentou seu maior crescimento eleitoral. Desde 2006, o PSB descolou-se do PT principalmente nos estados que lhe era conveniente – ou seja, onde o PT diminuía sua base eleitoral. Pode-se dizer, portanto, que no mesmo momento em que procurava descolar-se do PT, o PSB também “surfava” na onda do “lulismo”.

Trata-se de um dilema, entretanto, bem representativo do sistema político brasileiro, onde as variáveis instrumentais têm uma influência desproporcionalmente maior que as questões de ordem ideológica no momento de os partidos construírem suas políticas de aliança.

Bibliografia

- AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- KRAUSE, Silvana & SCHIMIDT, Rogério (Orgs.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer; São Paulo: Unesp, 2005.
- LAMOUNIER, Bolívar & MENEGUELLO, Raquel. **Partidos políticos e consolidação democrática. O caso brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias. O caso do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- SAÉZ, Manuel Alcántara & FREIDENBERG, Flávia. **Partidos políticos na América Latina**. Opinião Pública. Vol. VIII. Nº2. Campinas, 2002.
- SINGER, André. **Raízes sociais e ideológicas do lulismo**. Novos estudos CEBRAP. N.85. São Paulo. 2009.